

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A ponte Rainha Dona Amélia, que liga os concelhos de Salvaterra de Magos e Cartaxo, conhecida como “Ponte de Muge”, foi encerrada ao trânsito no passado fim de semana por questões de segurança.

Segundo as justificações que vieram a público, o aumento dos caudais na região e o mau tempo que se previa, face às conhecidas fragilidades que esta infraestrutura evidencia, colocavam em causa a sua estabilidade e a segurança dos seus utilizadores.

Esta ponte, que liga Muge e Porto de Muge, serve diariamente milhares de veículos de cidadãos e empresas que se deslocam entre estes dois concelhos do distrito de Santarém, e a suspensão do tráfego na região tem danos gravíssimos para as pessoas e instituições que dela necessitam para as suas atividades diárias

Segundo os autarcas do Cartaxo e de Salvaterra de Magos, a decisão de suspender o tráfego nesta travessia foi tomada após ter sido ouvida as Infraestruturas de Portugal, IP e o Comando Distrital de Operações de Socorro (CODIS) de Santarém. Mas ninguém da empresa pública IP deu a cara por esta decisão, não há 1 única palavra de responsabilidade pública sobre esta matéria, ficando nós sem perceber afinal de quem é a responsabilidade pela infraestrutura. Temos em conta que, segundo dados do INE, o investimento público em 2017 e 2016 foi o mais baixo dos últimos anos.

Em 2011 tivemos um investimento público na ordem dos 6139 milhões de euros; em 2012, foi de 4158 milhões de euros; em 2013 de 3701 milhões de euros; em 2014 de 3446 milhões de euros; em 2015 cifrou-se em 4045 milhões de euros; mas começou a descida em 2016 para 2734 milhões de euros e em 2017 apenas foram gastos 3173 milhões de euros.

Ou seja, o investimento público foi substancialmente menor nos últimos dois anos do que em qualquer dos piores anos de austeridade da Troika.

Na salvaguarda de vidas humanas e em questões de segurança, o investimento nunca pode ser adiado ou colocado em causa, e neste caso não estamos a falar de simples conservação corrente.

É inaceitável que se tenham adiado investimentos estruturais deste nível, basta olhar para os níveis mínimos de investimento dos últimos 2 anos, sem precedente nos 6 anteriores.

Exige-se por isso ao Governo da República que garanta a segurança e o investimento

necessário destas infraestruturas e que não seja negligente com a segurança dos portugueses. Tendo em conta o disposto no artigo 156º, alínea d), da Constituição da República Portuguesa e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente, o artigo 229º do Regimento da Assembleia da República, cujo nº 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta,

O(a)s Deputado(a)s do PSD, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer a S.Exa. o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1** – De quem é a responsabilidade de garantir a manutenção, conservação e segurança da ponte acima referida?

**2** – Que diligências pretende o Governo desenvolver para resolver os problemas existentes na Ponte Rainha Dona Amélia que liga os concelhos do Cartaxo e de Salvaterra de Magos?

**3** – Tem o governo informação sobre a o estado de conservação das diversas pontes do distrito de Santarém?

**4** – Pode o governo assegurar que as diversas infraestruturas públicas existentes no distrito de Santarém, em particular as diversas pontes existentes, estão em bom estado de conservação e são seguras ao trânsito (quer automóvel quer ferroviário nalguns casos)?

**5** – Qual o plano de conservação e manutenção, incluindo o calendário de intervenções que o Ministério do Planeamento e Infraestruturas tem para o distrito de Santarém em infraestruturas rodoviárias e ferroviárias?

Palácio de São Bento, 13 de março de 2018

Deputado(a)s

DUARTE MARQUES(PSD)

NUNO SERRA(PSD)

TERESA LEAL COELHO(PSD)